

## ALGUMAS OBSERVAÇÕES SÔBRE A REVOLUÇÃO PRAIEIRA.

---

O movimento revolucionário que, de fins de 1848 a princípios de 1849, agitou a província de Pernambuco, conhecido pelo nome de revolta ou revolução "Praieira", em alusão ao jornal que, duma certa forma, inspirou os seus princípios — o "Diário Novo", situado à rua da Praia, no Recife —, movimento que foi o último dos que, durante o longo período imperial agitaram senão todo o país, pelo menos muitas de suas províncias, mais como reflexo da situação social e econômica, que simplesmente política, não tem recebido da parte dos estudiosos de nossa história a atenção que merece. Grandes obras, como autores ilustres até de monografias especializadas, não o têm considerado senão do ângulo exclusivamente político, como um resultado de meras rivalidades partidárias ("praieiros e "guabirús") inevitáveis e perfeitamente compreensíveis num país como o Brasil, como um simples reflexo da longa luta entre conservadores e liberais em torno da qual girou a política do Segundo Império. De fato, o exame isolado desse movimento, sem situá-la devidamente no tempo e no espaço, sem considerá-lo em função de causas e circunstâncias muito mais sérias, leva realmente a essa conclusão (1).

Exceção entre os historiadores, Joaquim Nabuco, como já foi observado, percebeu mais alguma coisa além do comum dos autores, dedicando à apreciação do movimento diversas páginas de sua obra capital, embora a sua preocupação não fôsse senão a de ressaltar a atuação do pai como juiz dos revolucionários. Todavia, embora discordando inteiramente dos motivos e das idéias da revolução, julgando mesmo ridículas a muitas delas, fez um trabalho sério, sa-

---

(1). — Entre os trabalhos mais conhecidos sôbre a revolta prairieira devem ser mencionados: Figueira de Mello, *Chronica da rebellião prairieira*, Rio, 1850; Urbino Sabino Pessoa de Mello, *Apreciação da revolta prairieira*, Rio, 1849; Mello Rêgo, *A revolta prairieira*, Rio, 1899; João Lyra Tavares, *Estudo sôbre a rebellião prairieira*, Paraíba, 1911.

bendo ver o lado social da revolta e reconhecendo o papel que nela tiveram as massas (2).

Apenas recentemente (1946) o Professor Amaro Quintas, em tese de concurso apresentada ao Colégio Estadual de Pernambuco, realizou algo de interessante no intuito de perscrutar o “sentido social” da revolução praieira. Realizando acurada pesquisa nos arquivos de sua cidade, manuseando coleções de jornais e outras publicações da época, penetrando fundamentalmente nas idéias dos responsáveis pelo movimento, através de seus escritos, pôde o ilustre professor pernambucano apresentar-nos algo de novo, fornecendo como que uma primeira mão nesse trabalho de interpretação dum dos mais curiosos movimentos de nossa história. Pena que o seu trabalho, pelo seu próprio caráter de “tese de concurso”, ficasse restrito a uma pequena circulação, quase que limitada à sua cidade, tendo chegado ao nosso conhecimento por circunstâncias meramente casuais (3).

Dada, pois, a orientação que, em geral, tem prevalecido na historiografia brasileira, compreende-se que apenas o aspecto político tenha sido salientado na apreciação desse movimento, apresentado, assim, unicamente como consequência da queda da situação política reinante no período de 1844 a 1848, quando esteve no poder o partido liberal. Esse período assinala em Pernambuco o pleno domínio do grupo político da “Praia”, todos eles, sem dúvida, de tendências liberais, porém a maioria muito longe de apoiar a orientação que acabou sendo impressa ao movimento.

Não podia Pernambuco escapar às consequências da estrutura política do Império, com sua centralização excessiva, entregues as províncias aos caprichos de chefes políticos talhados de acôrdo com o figurino da côrte, a fazerem o jôgo ora de liberais, ora de conservadores. Se inúmeras eram as queixas contra a situação conservadora que caiu em 1844, não se pode por outro lado eximir de culpa os liberais que naquele ano assumiram o poder e o sustentaram por quatro anos. Partidos sem uma orientação definida, girando mais em tórno de chefes que de idéias, com fraquíssima linha de separação entre eles (“nada mais parecido com um luzia do que um saquarema”), os próprios

---

(2). — NABUCO (Joaquim). — *Um estadista do Império*. São Paulo, Editora Nacional, 1936: “Não se pode deixar de reconhecer no movimento praieiro a força de um turbilhão popular. A “Praia” era a maioria, era quase o povo pernambucano todo e o povo julga o seu direito tão extenso como a sua vontade”, pg. 74. V. ainda, Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil*, São Paulo, 1933.

(3). — QUINTAS (Amaro). — *O sentido social da revolução praieira: ensaio de interpretação*. Tese de concurso para provimento da cadeira de História do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, Imprensa Oficial, 1946.

homens muitas vêzes bandeando-se com facilidade dum para o outro, não podiam ser diferentes os seus métodos de governo. Assim, a história política do Império vai girar em tórno da sucessão freqüente de gabinetes liberais e conservadores — sucessão muito mais freqüente do que pode parecer (4), — perturbando a vida das províncias, as quais, pelo isolamento em que, via de regra, se encontram do govêrno central, vão sofrer fundamente as conseqüências decorrentes da própria situação política do país. Também em Pernambuco o domínio da “Praia” não deveria ter sido menos prepotente e arbitrário do que o da situação conservadora, acendendo os mesmos ódios e as mesmas rivalidades.

Assim, do ponto de vista político, não mereceria a “Praieira” mais do que a simples classificação de “movimento liberal” do gênero das de São Paulo e Minas em 1842, sem possibilidade de êxito, pela sua própria desorganização, fàcilmente dominada pelas fôrças imperiais e sem conseqüência alguma para a vida política do país, salvando-se dela apenas a dedicação de um Nunes Machado e o heroísmo de um Pedro Ivo. Todavia, apresenta a “Praieira” um sentido bem mais profundo do que as revoluções de 1842, como, aliás, o próprio Nabuco deixa transparecer em sua obra já citada: “Muito provavelmente a “Praia” representa a queixa de uma população contra a sua triste condição”. Aliás, o grande estadista não fazia senão repetir o pensamento de seu progenitor: “Não se trata ali (na revolta pernambucana) sòmente de questões políticas; a estas questões políticas estão associadas questões sociais e as questões sociais são de grande alcance, de grande perigo”.

\*  
\*   \*

A situação de Pernambuco durante o século XIX é das mais interessantes do ponto de vista social e econômico e não nos parece inútil recapitulá-la para a boa compreensão da “Praieira”. Região que se avantajara a tódas as demais do país, tanto no que se refere à apulência, como no que respeita à cultura de seus filhos, e ao brilho de sua sociedade — conseqüência natural do ciclo do açúcar, o de maior duração e valor na nossa história econômica — so-fria, por outro lado as conseqüências do desequilíbrio sócio-econômico gerado pela sua aristocracia rural e econo-

---

(4). — Durante o Segundo Império, de 1840 a 1899, sucederam-se no poder nada menos de 36 gabinetes, dos quais 19 liberais, 16 conservadores e apenas 1 de conciliação.

mia latifundiária. Compreende-se a sua posição como foco de liberalismo, favorável a todos os movimentos de natureza liberal que tivessem em seus programas atenuar a situação então existente. 1817 e 1824 são marcos de profunda significação. A revolução de 1817, talvez o mais interessante dos movimentos revolucionários de nossa história, permitiu a eclosão das mais acentuadas tendências liberais, da mesma forma que a “Confederação do Equador” constituiu séria advertência, infelizmente não tomada na devida consideração, contra a centralização excessiva a que nos conduzia a organização imperial. A experiência regencial, por sua vez, longe de atenuar o fermento revolucionário, não fêz senão agitá-lo. Rara a província que nesse período (de 1831 a 1840) não demonstrasse o descontentamento e a desconfiança do regime (sobretudo pelo seu caráter transitório), chegando muitas vezes a movimentos armados de sérias conseqüências, não bastando para a dominação de alguns todos os esforços despendidos pelo regime em todo o seu decênio. Página também a ser estudada, não isoladamente, mas em conjunto, situando-os devidamente no ambiente social e econômico em que se desenvolveram.

“Uma nobreza rural, possuidora de vastas extensões territoriais, exercendo um domínio completo no nosso meio político-econômico” (5), eis em poucas palavras a situação realmente existente em Pernambuco, já verberada pelos próprios escritores da época, quando se referiam, por exemplo, à “divisão do solo em grandes propriedades como a fonte da maior parte dos nossos males” ou à “feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível, metade da população da província e oprime a outra metade por meio do imenso poder que lhe dá esta massa de vassalos obedientes” (6). Assim, segundo depoimentos da época, toda a agricultura da província se achava concentrada nas mãos de um grupo de abastados proprietários rurais. “Cêrca de um têrço dos engenhos da província — observa Caio Prado Júnior — achava-se nas mãos de uma só família, os Cavalcantis; os outros dois têrços dividia-os mais um punhado de ricos proprietários; e para cada um dêles contavam-se legiões de escravos e agregados que viviam nas suas terras em troca da mais absoluta submissão” (7). Tal situação, pintada com côres negras pelos próprios contemporâneos, conduzia ao descontentamento em que vivia a maior parte da província, à hostilidade para com as classes dominantes, à aspiração

(5). — QUINTAS (Amaro). — Op. cit., pg. 8.

(6). — FIGUEIREDO (Antônio Pedro de). — O Progresso, t. II, 158-159. Apud Amaros Quintas, op. cit., pg. 8.

(7). — PRADO JÚNIOR (Caio). — Op. cit., pg. 146.

duma organização mais racional e compatível com a época, à arregimentação de forças capazes de, a qualquer momento, tentar solapar a estrutura social e econômica e consequentemente política, à infiltração e propagação de idéias revolucionárias, conforme se pode constatar da atividade de algumas figuras curiosas que, então, habitavam no Recife: Antônio Pedro de Figueiredo, Soares de Azevedo, Abreu e Lima, Antônio Borges da Fonseca, cultores do socialismo utópico da Europa daqueles dias, entusiastas de Fourier, de Proudhom, de Owen, de Sant-Simon, de Louis Blanc, especialmente depois da chegada ao Recife de Vauthier, engenheiro francês de tendências socialistas, igualmente cultor daqueles autores, cujas idéias foram, em Pernambuco, por êle divulgadas e propagadas (8). O Prof. Quintas, em seu ensaio de interpretação da "Praieira" refere-se particularmente à atuação de três figuras de primeira plana nesse movimento preparatório da revolução de 1848 — Antônio Pedro de Figueiredo, Abreu e Lima e Borges da Fonseca — tendo, para tanto, rebuscado nos arquivos pernambucanos e em coleções de jornais da época, por êles dirigidos, pelos quais se constata não só o vulto de suas campanhas, como o entusiasmo e o fervor com que defendiam suas idéias, numa filiação direta aos socialistas franceses. A estas figuras não podia passar despercebido o exemplo da revolução francesa de 1848, revolução de aspecto mais social do que mesmo político. Dela escrevia Antônio de Figueiredo em sua revista "O Progresso": "O movimento europeu sempre há produzido um grande bem ao Brasil porque mostrou a facilidade com que eram derribados os governos que se isolam das respectivas nações, e que, menosprezando os clamores dos povos, só se lembram dêles para extorquir-lhes impostos mais e mais onerosos". E adiante: "Êles (os revolucionários franceses) fizeram reconhecer que a sociedade devia ao indivíduo uma indenização dos direitos naturais, cujo uso ela lhe veda, uma indenização da sua herança confiscada; e, como primeiro passo nesta estrada fecunda, o estado reconheceu o direito que todo o homem tem de viver no seu trabalho". Por sua vez, Afonso de Albuquerque Mello em seu jornal "A Reforma" publicava a 11 de agosto de 1848 a seguinte declaração: "**A Reforma** adere à declaração do direito e ao trabalho proclamado pela jovem república francesa e roga a todos os seus

---

(8). — Sobre a figura curiosa deste Vauthier, ver o seu Diário íntimo publicado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Rio, 1940) com notas de Gilberto Freyre e o importante ensaio que lhe dedicou este autor sob o título de Um engenheiro francês no Brasil, com prefácio do Prof. Arbousse Bastide. Rio, José Olympio, 1940 (Col. "Documentos brasileiros", 26).

colegas da imprensa o favor de adotarem ou combaterem esta declaração que lhe parece própria para servir de bandeira ao partido progressista e facilitar a classificação das diversas opiniões. Esta declaração está concebida nos seguintes termos: “O governo deve a todo o cidadão a instrução gratuita, meios de subsistência e socorros no caso de velhice ou moléstia” (9). E como se não bastasse, os estudantes da Academia de Direito chegam a lançar um manifesto dirigido aos estudantes republicanos das Universidades da França, da Alemanha e da Itália, de adesão aos seus princípios. A propósito, o jornal “O Grito da Pátria”, a 18 de novembro de 1848, com a revolta já iniciada, comenta: “Todos os estudantes das universidades da Europa e da briosa academia da cidade de Olanda, nossa pátria tão bela e idolatrada, têm manifestado o maior entusiasmo pelo triunfo das idéias republicanas (10). E mesmo fora de Pernambuco, mais tarde, Sales Tôrres Homem ao escrever, sob o pseudônimo de Timandro o “Libelo do povo”, um dos mais célebres panfletos políticos da nossa literatura, dedica a primeira parte de seu trabalho ao exame dos movimentos revolucionários que, na Europa de 1848, abalavam as velhas instituições monárquicas, bem como das conseqüências benéficas que delas poderiam advir para o Brasil.

Todavia, em que pese a influência dos autores e das idéias francesas em Pernambuco, não se pode afirmar que a “Praieira” houvesse tido de início “caráter republicano”, embora esta tendência acabasse por surgir mais tarde. Aliás, Nabuco soube perceber isto: “era evidente que a revolução, se durasse, tinha que ser forçosamente como a do Rio Grande do Sul, um movimento de separação”. Nisto, talvez, o seu ponto fraco, como o próprio Nabuco soube sentir: “Nada enfraquece mais os movimentos políticos do que a certeza de que a bandeira sob a qual eles se iniciam é imprópria para dar-lhes a vitória e de que mesmo em plena luta será preciso substituí-la por outra que não se quis desde o princípio arvorar” (11). Sua bandeira, vai ser, principalmente, a descentralização: “Queremos a união do Império, mas queremos que o governo econômico das províncias lhes pertença todo; que elas concorram para os encargos da União, mas que não continuem como estão a ser tristes feudatárias do Rio de Janeiro. A centralização como está é um cancro que nos mata e por isso deve acabar”.

Não há dúvida que o inspirador das idéias mais avançadas dos “praieiros” tenha sido Borges da Fonseca, o céle-

---

(9). — Apud Amaro Quintas — Op. cit., pgs. 23-24.

(10). — Idem, pg. 40.

(11). — NABUCO (Joaquim). — Op. cit., pg. 72.

bre “Repúblico”, curiosa figura de agitador político e social, ainda não devidamente estudado em tôda a pujança de sua extraordinária capacidade de ação. Mais ainda, foi o guia ardoroso e entusiasta da revolução depois do desastre de 2 de fevereiro de 1849 em que perdeu a vida o chefe Nunes Machado. Desta aliança com Borges da Fonseca — acentua Nabuco — “resultou o programa em que figuravam compromissos socialistas, imitação das idéias de 1848 em França”. E não é só isto. Tôda a vida do grande “Repúblico”, conforme se depreende da sucinta apreciação que dela fêz o Prof. Amaro Quintas, esteve sempre voltada para os problemas sociais, na defesa dos interesses das classes menos favorecidas, “Rienzi brasileiro, a imaginar-se investido duma espécie de realza tribunicia”. E’ de sua autoria o “Manifesto ao Mundo”, de 1 de janeiro de 1849, em que se encontra a bandeira da revolta, condensada na convocação de uma Assembléia Constituinte com o objetivo de reivindicar os seguintes pontos: “1.º ) O voto livre e universal do Povo Brasileiro; 2.º) A plena e absoluta liberdade de comunicar o pensamento por meio da imprensa; 3.º) O trabalho como garantia de vida para o Cidadão Brasileiro; 4.º) O comércio a retalho só para os Cidadãos Brasileiros; 5.º) A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; 6.º) A extinção do poder moderador e do direito de agraciar; 7.º) O elemento federal na nova organização; 8.º) Completa reforma do poder judicial, em ordem a assegurar as garantias dos direitos individuais dos Cidadãos; 9.º) Extinção da lei do juro convencional e 10.º) Extinção do atual sistema do recrutamento”. Programa avançado para a época, que surpreendeu a muitos dos próprios adeptos da Revolução, que não queriam ir tão longe.

Merece consideração nesse programa o item relativo à nacionalização do comércio a retalho, pela qual já se batiam os “praieiros” desde muito tempo. O comércio não só em Pernambuco, como no país todo, achava-se concentrada nas mãos dos portugueses, numa situação desvantajosa para os filhos da terra. Daí o caráter nativista de quase todos os movimentos do Primeiro Império e da Regência e do qual não poderia isentar-se a “Praieira”, principalmente por ser o Recife o ponto onde mais se fazia sentir o predomínio mercantil dos lusos (12). Todos os movimentos, desde o “mata

---

(12). — Exemplo desta mentalidade anti-lusitana de meados do século XIX, derivada, sobretudo, do fato do comércio ser quase que monopolizado pelos portugueses, é o seguinte trecho de Timandro (Sales Tórres Homem) no seu panfleto “O Lâbello do povo”: “Aquêles que seguem com atenção o andamento dos trabalhos de nossas câmaras, estarão sem dúvida lembrados dos projetos oferecidos por dois honrados deputados pernambucanos, os Srs. Nunes Machado e Urbano, os que tinham por objeto

maroto” na Bahia logo depois da Independência até a “Praieira” — diz Calmon — “são xenófobos, misturando ao instintivo nacionalista as cóleras baixas e ferozes do povo das ruas, visavam ao homem de fora, porém, especialmente ao monopolista dos negócios, ao fornecedor de gêneros, ao responsável pela vida cara, enriquecido do balcão, odiado das populações pobres, ainda mais indigentes em consequência das desordens políticas e da paralisia econômica em que se afogavam; eram conflitos atizados pelo nativismo, mas de transparente sentido social” (13).

Na “Praieira”, mais do que talvez em qualquer outro movimento aparece claro este espírito de luta contra o elemento português, como se deprende, por exemplo, do manifesto proclamado em novembro de 1848, do qual transcreve-

---

fazer baquear o monopólio do comércio de retalho, de que estão de plena e exclusiva posse os portugueses, e franquear aos filhos do país essa carreira que lhes há sido até hoje inteiramente fechada. Esses projetos, bem que pudessem ser notados de alguma exageração em quanto ao caráter dos meios propostos, contudo tão patriótico era o pensamento que os inspirara, tão profunda e geralmente sentida era a necessidade que tendiam satisfazer, que encontraram na população de nossas grandes cidades a mais viva e ardente adesão.

Com efeito, a imensa inferioridade de condição em que se acha o triste Brasileiro no próprio solo em que nasceu, não tendo por si mais que o ar e a luz do sol, relativamente ao venturoso forasteiro português assenhoreado das fontes de nossa riqueza, sobejamente explica essa manifestação do sentimento público em favor dos mencionados projetos.

Das indústrias tais e quais a atualidade apresenta em nossa terra, é a do comércio a mais cômoda e mais a fácil, a mais lucrativa, quer a confrontemos com a indústria manufatureira, que apenas desponta entre nós e cujo desenvolvimento prematuro e forçado fôra antes um mal do que um bem; quer a comparemos à lavoura, donde as dificuldades do clima tropical, a concorrência aviltante do negro e a natural esquivança do crédito para as operações do solo, afugentam a população livre, a quem faltam um emprêgo e a possibilidade de empatar capitais na compra do escravo.

Porém essa indústria, a mais vantajosa e que se exerce externamente sobre uma massa de valores superior ao da totalidade da produção nacional exportada, não é para o Brasileiro; não, ela pertence ao aluvião de Portuguezes, que enchem e desnacionalizam as capitais de nossas províncias marítimas, e que mensalmente se recrutam com centos e centos de recém-chegados, os quais vêm ainda minguar nossa civilização, impregnando-a de seus espírito estreito, estacionário e rotineiro, como se não bastasse o infortúnio de ter sido o Brasil descoberto e colonizado por eles.

Em vão tentará o filho do país ser admitido como caixeiro nos delubros da plutocracia lusitana; tôdas as portas se lhe fecham; tais empregos estão reservados para os patricios pequeninos, que vieram ou não de vir d'além mar contando com o apóio e proteção desta confraria de nacionalidade. Se, apesar de tudo, estabelece-se negociante, as intrigas o rodeiam; procura-se por mil modos fludir seu crédito comercial, por troços às suas operações, para puni-lo da ousadia de restolhar uma ou outra espiga nesta messe amplíssima e privativa de quem é português.

Assim, enquanto milhares de Brasileiros obscuramente vegetam sem ocupação, sem carreira, sem posição, eles aqui encontram o El-dorado, os meios de uma opulência fácil e rápida; para os Portuguezes, as premissas da produção, os pomos de ouro, a importância e influência que dá o dinheiro; para nós outros, os espinhos, o serviço militar, o imposto do sangue, as fadigas ingratas e estéréis, a miséria e o hospital!” (O Libelo do povo”, reed. da “Revista do Brasil” (fase Tarquínio de Souza), n. 19, janeiro de 1940, p. 90-1.

(13). — CALMON (Pedro). — *História social do Brasil*, II, 120. São Paulo, Editora Nacional, 1937.

mos aqui o seguinte trecho: “Pernambucanos! O partido absoluto Miguelista, que se acha no poder, unido aos portugueses do Rio de Janeiro e daqui, acaba de dar princípio à obra de nossa escravidão, entregando as nossas vidas e propriedades aos nossos mais encarniçados inimigos — os portugueses e os intitulados fidalgos Cavalcantis... A máquina infernal, fabricada pelo português José Clemente, está sendo pelo presidente carrasco dos pernambucanos... Este presidente, escolhido e comprado pelos portugueses da rua da Quitanda para estrangular os pernambucanos, entregando-os aos seus verdugos, está manifestamente procurando desempenhar esta horrível missão; nenhum de nós escapará à perseguição e à morte. Os nossos brios e a nossa dignidade não consentem que nos curvemos ao jugo de ferro de inimigos tão rancorosos: mil vezes morrer com as armas na mão, vendendo caras as nossas vidas, do que, covardes, sujeitar-se a uma escravidão tão vergonhosa! União e coragem, e nada temais. A vitória será infalivelmente nossa”.

A violência da linguagem, confundindo sentimentos, resumando ódios e vinganças, é bem característica duma certa imprensa da época, cuja influência foi imensa na vida política brasileira. Pode-se alegar — e talvez com alguma razão — que o manifesto acima transcrito não representa o pensamento “oficial” dos “praieiros”, que a ala filiada ao grupo da rua da Praia longe estava de conduzir o movimento a tais extremos. Mas a verdade é que, por esta ou aquela razão, a situação política e social do país, particularmente de Pernambuco, acabou por justificar uma ação muito mais violenta do que adviria de simples rivalidades políticas. “O que os liberais pleiteiam hoje nas margens do Beberibe — escrevia Timandro — debaixo do fogo da metralha, não é um interesse local; é a causa do direito geral e do interesse comum; as liberdades do Brasil inteiro estão lançadas na mesma balança, em que ora pesam os destinos de Pernambuco. Ele foi a primeira vítima arrastada ao altar do sacrifício; e se sucumbiu em sua resistência magnânima, igual sorte aguarda as demais províncias, onde ninguém se reputará seguro contra o furor da proscricção”.

Qual, afinal, a situação do Brasil a exigir tão grandes sacrifícios? Responde o próprio Timandro com as palavras com que fechou “O libelo do povo”: “Considere-se a lastimável posição da nossa pátria! Uma constituição nominal; direitos sem exercício, interesses sem satisfação, liberdades sem garantias, ministérios sem dogma e sem nacionalidade; um senado vitalício e faccioso em plena revol-

ta contra o princípio do govêrno, pretendendo-o transformar em oligarquia à veneziana; o direito de propriedade sem segurança porque a justiça civil é distribuída por magistrados políticos que sacrificam a paixões de partido a imparcialidade do julgamento; a justiça criminal entregue a inumeráveis hárpas de uma polícia que atropela, despoja e escraviza o cidadão pacífico; a indústria nacional monopolizada pelo querido português, enquanto o povo enjeitado geme sob a carga dos tributos, que exige a dívida de 400 milhões despendidos na bela empresa de afogar em sangue seus clamores e de enriquecer seus inimigos; a nação envilecida, desprezada, conculcada por uma côrte, que sonha com o direito divino e só respira a aura corrompida da baixeza, da adulação e do estrangeirismo; nada de generoso, de nacional de grande; nada para a glória, para a liberdade, para a prosperidade material; o entusiasmo extinto, o torpor do egoísmo percorrendo gradualmente, como a finalidade do veneno, do coração às extremidades, e amortecendo as carnes mórbidas de uma sociedade que supura e dissolve-se... tal o estado do Brasil!"

Desconte-se alguma paixão partidária e teremos nas vigorosas palavras do notável panfletário um retrato não longe da realidade. E o remédio? E' ainda Timandro quem sugere: "Mas quem acordará do letargo nossa independência natural, nossas tendências americanas, nossa vitalidade, nossas esperanças e nossas grandezas? Quem nos salvará desta gangrena social, a que a política anti-progressiva condenou-nos? Quem salvará a liberdade das perseguições brutais e sistemáticas do govêrno de privilégio? Quem fará da exceção a regra, do Brasileiro um cidadão, e das forças de todos, a base e o gênio do Estado? Quem? O ato da soberania nacional que nomear uma **assembléia constituinte**. Quando raiará o dia da regeneração? Quando estiver completa a revolução que há muito se opera nas idéias e sentimentos da nação, revolução, que não poderão conter, nem as cabalas palacianas, nem baionetas, nem a corrupção; revolução finalmente, que será o triunfo definitivo do interêsse brasileiro sôbre o capricho dinástico, da realidade sôbre a ficção, da liberdade sôbre a tirania!"

Destas observações em tórno da "Praieira", constata-se não ter sido a revolução pernambucana de 1848 mero acontecimento político; distinguem-se nela pelo menos três aspectos distintos, embora todos entrelaçados, mas que a vêm tornar um movimento muito mais complexo do que se fôsse causada apenas pelos acontecimentos que decorreram da queda da situação liberal, em 1848. O primeiro, o aspecto social e econômico, decorrente da própria situação em que

se encontrava a província pernambucana, com a sua aristocracia rural e economia latifundiária apoiada no braço escravo, numa época em que já na Europa idéias novas, que não podiam deixar de ecoar no Brasil procuravam (embora nem sempre o conseguissem) imprimir ao trabalho e à sociedade um sentido mais humano e racional; o segundó, o aspecto nativista, característico duma época de nossa vida de país independente, como o demonstra a freqüência com que tais tendências surgiam em quase todos os movimentos revolucionários do Primeiro Império e da Regência e do qual nenhum exemplo mais expressivo se pode encontrar do que o trecho de Timandro que se transcreveu; finalmente, o aspecto político, que tornou possível a eclosão do movimento, em virtude da velha rivalidade partidária, própria, não de Pernambuco, mas do país todo, como consequência da própria estrutura política do Império. Sem chegar a ser republicana, lutou pela descentralização política e administrativa, tal como já o haviam feito os confederados de 1824 e como mais tarde, vai fazer o vulto inconfundível de Tavares Bastos, a maior figura de pensador político do Brasil.

Tais aspectos, além de outros ainda que porventura possam surgir de um exame mais acurado do assunto estão a exigir, por parte dos especialistas um estudo sério e objetivo, de maneira a situar a revolução praieira devidamente na história social, econômica e política do Brasil. Algumas tentativas já foram feitas. Com estas observações, simples, e sem acesso direto às fontes, nossa intenção, além de recordar o ano centenário da revolta, foi principalmente a de chamar a atenção de outros que, mais capazes e mais próximos do centro em que ela se desenrolou e, por isso mesmo, com maiores possibilidades de consulta aos arquivos, possam dar ao assunto um tratamento definitivo.

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Licenciado em Geografia e História (U. S. P.).